

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação, por lote de mil ações)

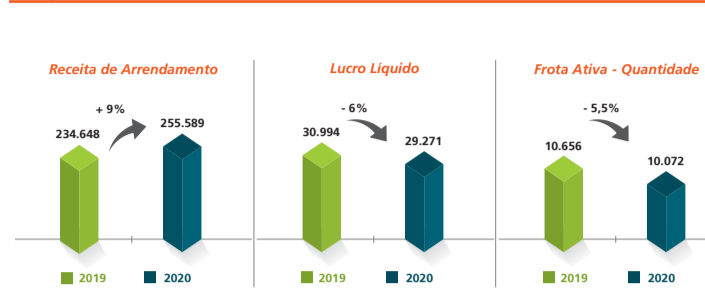
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Resumo da Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. (LeasePlan) submete à apreciação de V.S. as o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019. Líder mundial em Carro-como-Serviço (Car-as-a-Service), a LeasePlan é uma empresa de origem holandesa que gerencia uma frota de aproximadamente 1,9 milhão de veículos nos mais de 30 países onde atua. Com mais de 50 anos de experiência mundial e mais de 20 anos no Brasil, temos muito orgulho em apresentar nossos resultados gerados no exercício de 2020. Apesar do ano desafiador e sem precedentes, a LeasePlan demonstrou solidez nos resultados apresentando crescimento da receita e ligeira queda no resultado. Isso demonstra a robustez da companhia e sua estratégia acertada que conta com uma visão de longo prazo que busca atender em sua totalidade as necessidades dos clientes por serviços diferenciados, engajando as pessoas, promovendo uma cultura *customer centric* e visando a excelência operacional por meio da digitalização total de seus serviços. O resultado do ano traduz-se pelo lucro líquido de R\$ 29.271 (exercício de 2019 R\$ 30.994) e um aumento em nossas receitas de arrendamento totalizando R\$ 255.589 (exercício de 2019 R\$ 234.648), representando um aumento de 9%. Temos vivido um período atípico na economia global com grandes impactos gerados pela Covid-19. Contudo, minimizamos os impactos nos negócios e em nossos clientes prestando serviços de qualidade e com soluções completas e sustentáveis, promovendo todo o cuidado necessário aos nossos colaboradores, deixando-os em trabalho remoto, reforçando nossos investimentos em tecnologia para garantir o distanciamento social, a saúde e bem estar de todos. Seguindo nossos planos de desenvolvimento de uma arquitetura digital mais flexível anunciados pelo "Next Generation Digital Architecture" buscando trazer facilidade no dia-

a-dia dos nossos clientes, lançamos em 2020 serviços tecnológicos de inteligência artificial por meio de nossa assistente virtual que auxilia nossos condutores e gestores de frota no agendamento de manutenção e troca de pneus de seus veículos. Este serviço integra com o nosso Portal do Fornecedor, sistema que comunica de maneira eficiente com as concessionárias e oficinas parceiras da LeasePlan para realização do agendamento, aprovação e pagamento das manutenções dos veículos, e integra com nosso sistema de gerenciamento de frota MyFleet que fornece informação online aos gestores de frota. A integração dessas ferramentas garante um processo robusto de ponta a ponta e assegura um serviço de qualidade. Todos estes processos seguem um rigoroso padrão ético e regulatório, com elevados padrões de gerenciamento de Riscos. Para tanto, visando garantir solidez e disponibilidade de capital para suportar o desenvolvimento dos nossos negócios, os nossos níveis de capital regulatório foram mantidos acima do requerido pelo BCB e em dezembro de 2020 nosso índice de Basileia encorrou em 21% (exercício de 2019 17%). Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 1% do lucro de cada exercício. Em 31/12/2020 a Administração aprovou a distribuição de R\$ 293 de dividendos sobre o lucro líquido de 2020 (dezembro de 2019 R\$ 310) e o restante foi registrado em Reserva Estatutária em 2020 de R\$ 27.515 (em 2019 R\$ 29.134). Por fim os resultados alcançados no exercício de 2020 e o suporte aos nossos planos ambiciosos não seriam possíveis sem o comprometimento, a expertise, o respeito e a paixão dos nossos colaboradores que fazem da LeasePlan um excelente lugar para trabalhar. Agradecemos a eles por estarmos entre as 20 melhores empresas para se trabalhar em nossa região pela *Great Place to Work®*. Por fim, agradecemos a confiança dos nossos acionistas, parceiros de negócios e principalmente nossos clientes pela confiança e parceria.

Destques do Período:



BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO	Nota	Dez/2020	Dez/2019
Caixa e Equivalentes	4	9.361	6.883
Operações de arrendamento mercantil		623.135	647.933
Arrendamentos operacionais a receber - setor privado	5(a)	192.659	394.524
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	5(a)	(170.307)	(376.416)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	5(a)	(166)	(82)
Imobilizado de arrendamento mercantil	7	600.949	629.907
Bens arrendados		717.261	720.794
Depreciações acumuladas	(116.312)	(90.887)	
Outros ativos financeiros		6.275	10.048
Outros créditos	6(a)	6.290	10.082
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito em Outros Créditos	6(b)(6)	(15)	(34)
Ativos fiscais	6(h)	14.992	13.696
Outros ativos	6(c)	66.859	77.374
Bens não de uso próprio		44.618	50.062
Depreciações acumuladas		(22.241)	(27.312)
Imobilizado de uso		1.093	1.826
Outras imobilizações de uso		2.709	3.289
Depreciações acumuladas		(1.616)	(1.463)
Intangível		1.103	6
Total do ATIVO		722.838	757.766

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 Contexto Operacional: A LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. (Instituição) faz parte de uma empresa de arrendamento de frota de origem holandesa com mais de 50 anos de experiência no setor e presente em mais de 30 países. A Instituição é uma subsidiária da LeasePlan Corporation N.V., com sede na Holanda, e da Lease Plan Brasil Ltda., com sede na Alameda Rio Negro, 500, Barueri-SP. A Instituição foi constituída em 05/07/2001 e autorizada a funcionar pelo BCB em 05/10/2001. Iniciou suas operações de Arrendamento Mercantil no 1º semestre de 2002. A principal atividade da empresa é a gestão de frotas multimarcas para empresas através da modalidade "Leasing Operacional". A gestão engloba a compra dos veículos, o Leasing operacional, os serviços de manutenção e reparos prestados através da rede de fornecedores selecionados pela LeasePlan, a administração dos custos inerentes aos veículos, orientação e suporte na política de frotas, relatórios e atendimento aos gestores de frota e condutores além da venda do veículo objeto de arrendamento. A empresa busca proporcionar sua presença no mercado brasileiro, oferecendo produtos inovadores e serviços de alta qualidade para satisfazer as necessidades de seus clientes, facilitando assim o gerenciamento de suas frotas. **2 Apresentação e elaboração das Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei das D.S.A., incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, em consonância com os normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BCB (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) relacionados ao processo de convergência contábil internacional, os quais são aplicáveis às sociedades de arrendamento mercantil somente quando aprovadas pelo BACEN. **Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras:** Com base na Resolução CMN nº 4.818 e na Resolução BCB nº 02, que revogaram, respectivamente a Resolução CMN nº 4.720/19 e a Circular nº 3.959/19, realizamos as mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras de 31/12/2020 atendendo às respectivas normas, onde destacamos as principais mudanças: Balanço Patrimonial; Apresentação dos ativos e passivos exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas; e Adoção de nova nomenclatura e agrupamento de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisões para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais. Demonstração do Resultado; Abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevantes alocadas no Resultado de provisão para perdas associadas ao risco de crédito passando a ser apresentado logo após Resultado bruto da intermediação financeira; Eliminação da nomenclatura de Resultado não operacional, bem como receitas e despesas não operacionais. Itens em essas características passaram a ser denominados "Outras receitas" e "Outras despesas". Apresentação da provisão para contingências em linha específica em "Reversões/Despesas de provisões para contingências"; e Resultado recorrente e não recorrente de forma segregada. A administração da Instituição declara que as divulgações realizadas apresentam todas as informações relevantes utilizadas pela gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente nos períodos apresentados. As Demonstrações Financeiras da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. foram aprovadas pela Diretoria em 30/03/2021. **3 Descrição das Principais Práticas Contábeis: a. Moeda funcional e de apresentação:** As informações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Instituição. **b. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa, estão incluídas caixa e contas correntes em bancos (considerados na rubrica Disponibilidades) e aplicações financeiras com prazo original igual ou inferior a noventa dias com risco insignificante de mudança de valor. **c. Recursos não utilizados pela Instituição para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo: c. Operações de Arrendamento Mercantil:** A carteira de Arrendamento Mercantil Operacional é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda e da Resolução nº 2.309/96 e 4.696/18 divulgadas pelo BCB (BACEN) e contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir: **(i) Arrendamentos Operacionais a Receber:** Refletem o valor presente das contraprestações a receber, atualizado de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente. **(ii) Rendas a apropriar de Arrendamento Mercantil Operacional:** Representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber de juros e depreciação em 12/2020 (juros, depreciação e serviços em 12/2019), sendo apropriadas ao resultado quando da emissão das parcelas contratuais. **(iii) Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional:** Registrado pelo custo de aquisição, deduzidas as provisões para perdas associadas ao risco de crédito. **(iv) Depreciação:** O custo de aquisição de arrendamento Mercantil Operacional é baseado na estimativa do valor de mercado dos respectivos bens no final do contrato. **d. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** Constituída com base na análise dos riscos de realização das contraprestações, em montante consistente suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas e atendendo as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do CMN que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (100% provisionado). As operações de Arrendamento Mercantil Operacional são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos clientes e seus setores de atividades, não se limitando à ocorrência de inadimplência. **e. Imobilizado de Uso:** O Imobilizado de Uso corresponde aos direitos e bens corpóreos destinados à manutenção das atividades operacionais da Instituição. Até dezembro de 2016, foram demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação ou amortização acumulada; e a depreciação e amortização foram calculadas pelo método linear com base na vida útil econômica dos ativos: 60 meses para móveis, utensílios e instalações; e 48 meses para equipamentos de informática e telecomunicação. A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535/16, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear de acordo com o prazo de vida útil econômico para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Instituição espera utilizar o ativo. Os bens adquiridos para constituir contratos de Arrendamento Mercantil Operacional são reconhecidos no balanço sobre a rubrica Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional. **f. Intangível:** O Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades operacionais da Instituição, de acordo com a Resolução nº 3.642/08, do CMN. São demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear pelo período de vida útil econômica de 36 meses. **g. Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos (Impairment):** Os bens do Imobilizado de Uso e de Arrendamento Mercantil Operacional, são submetidos anualmente ao teste de valor recuperável de ativos. Quando houver perda, decorrente das alterações de que o valor recuperável do ativo for menor que o valor em uso de acordo com o CPC 11, o ativo será reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma perda estimada, reconhecida no resultado do período sobre a rubrica Impairment. **h. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias:** O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes, e das obrigações legais é realizado de acordo com a Resolução nº 3.823/09, do CMN, Carta Circular nº 3.429/10 do BCB (BACEN), e em conformidade com o CPC 25 conforme descrito a seguir: **• Ativos Contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando a existência de evidências que assegurem com elevado grau de confiabilidade a realização (como decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado, confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro órgão). **• Passivos Contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos através de ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e sua classificação leva em consideração a probabilidade da exigência de recursos financeiros para liquidá-las além da segurança com que o montante possa ser estimado. **• Obrigações Legais:** Decorrem de exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, são registradas pelo valor integral em discussão e atualizadas de acordo com a regulamentação vigente. **i. Tributos:** Calculadas as alíquotas abaxo, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada tributo.

PASSIVO	Nota	Dez/2020	Dez/2019
Passivos financeiros	8	399.414	476.491
Empréstimos no país		399.414	476.491
Passivos fiscais	10.(c)	31.884	26.188
Outros passivos financeiros	6.(d)	108.903	100.926
Provisões para contingências	9.(b)	4.011	4.512
Patrimônio líquido		178.627	149.649
Capital social		91.561	91.561
País	11	72	72
Exterior	11	91.489	91.489
Reserva Legal		4.676	3.213
Reserva Estatutária		82.390	54.876
Total do PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		722.838	757.766

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	2º		
	semestre	Dez/2020	Dez/2019
Lucro líquido do semestre/exercício	18.413	29.271	30.994
Outros resultados abrangentes			
Itens que serão reclassificados para o resultado de períodos subsequentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado de períodos subsequentes			
Resultado abrangente total do exercício	18.413	29.271	30.994

Nível de risco	% Provisão mínima requerida	Arrendamento a receber	Provisão
AA	0%	7.861	-
A	0,50%	8.856	(44)
B	1%	1.109	(11)
C	3%	28	(1)
C autônoma	47	0,21%	-
D	10%	254	(26)
Total		18.108	(82)

Em 12/2020 tivemos a reavaliação do nosso modelo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para Contraprestações de Arrendamento Mercantil Operacional de Liquidação Duidosa. A partir do mês de dezembro de 2020, a base de provisão foi calculada sobre o total de rendas a receber vigente até o final dos contratos. O modelo adotado até novembro de 2020 utilizava como premissa o cálculo da base de provisão das faturas emitidas dos serviços prestados. Dado a natureza da alteração entende-se que foi efetuada a partir das análises da carteira em consequência do desdobramento de novas informações. A alteração não se relaciona com períodos anteriores ou erros, bem como sua mudança tem impacto apenas prospectivo e no resultado do período em destaque.

(j) Composição da Carteira de Arrendamento Mercantil Operacional por Setor de Atividade

Setor Privado	31/12/2020	%	31/12/2019	%
Pessoa Jurídica				
Indústria	18.758	83,92%	15.344	84,74%
Mineração	2.867	12,83%	2.475	13,67%
Tecnologia	277	1,24%	210	1,16%
Outras Indústrias	2.746	12,28%	2.595	14,33%
Engenharia	2.966	13,27%	2.248	12,42%
Automotiva	47	0,21%	30	0,17%
Alimentação	2.789	12,48%	2.271	12,54%
Elétrica	463	2,07%	371	2,05%
Química	6.603	29,54%	5.144	28,41%
Serviços e outros	2.239	10,02%	1.656	9,14%
Comércio	1.355	6,06%	1.108	6,12%
Total	22.352	100%	18.108	100%

(k) Receitas e despesas de Arrendamento Operacional

	31/12/2020	31/12/2019
Rendas de Arrendamento Mercantil	255.589	234.648
Receitas na Finalização de Contratos de Arrendamento (a)	12.461	17.285
Receitas de prestação de serviços	5.884	5.080
Total das Receitas de Arrendamento Mercantil	273.934	257.013
Despesas com Bens Arrendados		
Depreciação	(66.924)	(61.136)
Manutenção	(35.424)	(34.796)
IPVA e Despesachantes	(27.260)	(23.346)
Seguros (b)	(21.453)	(17.536)
Despesas com Veículos Substituição	(2.303)	(2.402)
Outras Despesas de Arrendamento Mercantil (c)	(2.591)	(3.707)
Operações de arrendamento mercantil	(31.839)	(35.139)
Total das Despesas de Arrendamento Mercantil	(187.794)	(178.062)
Resultado de intermediação financeira	86.140	78.951

(a) Referem-se a receitas auferidas na venda dos bens arrendados e receitas de multas em decorrência ao descumprimento de contratos de Arrendamento Operacional. (b) As despesas de seguros referem-se a prêmios pagos às seguradoras relativos a seguros de danos próprios, terceiros e assistência 24 horas. (c) Refere-se, majoritariamente a provisão sobre as receitas auferidas na venda dos bens arrendados que, por acordos contratuais, serão parcialmente compartilhadas com os arrendatários, custos com assistência 24 horas e custos de valor de veículo. **e) Operações renegociadas, recuperadas e baixadas para prejuízo:** No exercício de 2020 não tivemos nenhum evento significativo relacionado à: (i) operação baixinha por prejuízo; (ii) operação renegociada; e (iii) operação recuperada.

(l) Concentração do risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Débitos com devedores	14.993	12.552
Débitos com fornecedores	7.359	5.556
Total	22.352	18.108

(m) Detalhamento de Contas

	31/12/2020	31/12/2019
a) Outros créditos		
Serviços a Receber (a)	2.536	5.777
Repasses de Despesas (b)	2.143	2.630
Adiantamentos a fornecedores	93	336
Depósitos Judiciais	542	375
Outros (c)	976	964
Diversos	6.290	10.082

(n) Provisão para perda esperada associadas ao risco em outros créditos (d)

	(15)	(34)
Total de Outros Créditos Diversos	6.275	10.048

(a) Referem-se aos repasses de serviços prestados em conjunto com as operações de Arrendamento Mercantil Operacional já faturados aos clientes; (b) Referem-se a despesas com veículos arrendados a serem reembolsadas pelos clientes conforme previsto em contrato; (c) Trata-se de valores a receber das Companhias do Grupo (LeasePlan Global Procurement e CarNext); (d) Composto pelas perdas associadas ao risco de crédito sobre valores de Serviços a Receber e Repasses de Despesas para cobertura de eventuais perdas na realização. **b) Movimentação da Provisão para perdas associadas ao risco em Outros Créditos**

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do período	(34)	(456)
Constituição de provisão	(15)	(56)
Reversão de provisão	34	478
Saldo no final do período	(15)	(34)

(o) Outros ativos - Curto prazo

	31/12/2020	31/12/2019
Veículos pendentes de entrega (a)	29.746	34.993
Veículos disponíveis para venda (b)	14.872	15.069
Bens não de uso próprio	44.618	50.062
Despesas antecipadas (c)	22.241	27.312
Total de Outros ativos e bens	66.859	77.374

(a) Referem-se a veículos adquiridos para fins de arrendamento mercantil operacional e que ainda não foram entregues aos seus arrendatários; (b) Composto por veículos em processo de venda oriundos do Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional quando da terminação dos contratos; (c) Correspondem, majoritariamente, aos valores pagos antecipadamente de seguros e imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) de veículos arrendados, os quais são apropriados ao resultado proporcionalmente ao período a incorrer destas despesas.

(p) Outros passivos financeiros

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão p/ despesas com frota arrendamento (a)	75.714	74.355
Outras contas a pagar - fornecedores (b)	30.732	24.282
Despesa pessoal	1.522	1.647
Dividendos a pagar	935	642
Total	108.903	100.926

(a) Correspondem às provisões para futuros desembolsos com manutenção, pneus, seguros, IPVA, assistência 24 horas, entre outros custos relacionados aos veículos arrendados; (b) Correspondem, majoritariamente, a valores a pagar as concessionárias decorrentes de aquisição de veículos;

(q) Despesas de Pessoal

	31/12/2020	31/12/2019
Provisões	(11.659)	(10.266)
Encargos sociais	(3.632)	(3.175)
Benefícios	(4.360)	(4.312)
Total das Despesas de Pessoal	(19.687)	(17.753)

(r) Outras Despesas Administrativas

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de serviços técnicos especializados	(2.654)	(3.410)
Despesas de depreciação - bens de uso próprio	(983)	(783)
Despesas de serviços de informática	(232)	(211)
Despesas de serviços de terceiros	(1.285)	(1.373)
Despesas de viagem	(44)	(183)
Despesas de comunicação	(516)	(679)
Despesas de transporte	(15)	(106)
Despesas de equipamento e manutenção	(618)	(616)
Despesas de aluguel	(794)	(699)
Despesas de escritório e predial (a)	(425)	(616)
Outras despesas administrativas (b)	(1.114)	(1.168)
Total de outras despesas administrativas	(8.716)	(9.394)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da **LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A.** - Barueri - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Instituição é responsável

por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela su-

pervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos contro-

les internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 31 de março de 2021

 **KPMG Auditores Independentes**
CRC 2SP014428/O-6

Mark Suda Yamashita
Contador CRC 1SP271754/O-9